

4° SIMULADO INÉDITO PARA  
**XXXII EXAME  
DE ORDEM**

TIPO PROGRESSIVO



**Estratégia**  
OAB

# PROVA OBJETIVA

## Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-06-02>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

**CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB**

Priscila Ferreira

**Questão 1**

O Conselho Seccional de São Paulo observa que a Caixa de Assistência dos Advogados a que se vincula tem constantemente descumprido as suas finalidades. Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Federal deverá ser comunicado e mediante voto de dois terços de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados.
- b) O Conselho Seccional, mediante voto de um terço de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória.
- c) O Conselho Federal, mediante voto de um terço de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória.
- d) O Conselho Seccional, mediante voto de dois terços de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória, enquanto durar a intervenção.

**Questão 2**

Dra. Priscilinha foi contratada como Advogada do Menino Ney para defendê-lo em sede de uma ação indenizatória. Contudo, diante do desgaste da relação, cliente e advogado, a advogada optou por renunciar ao mandato, e perante a mídia revelou todos os detalhes que lhe foram confessados pelo ex-cliente, com claro intuito de prejudicá-lo.

A advogada acabou por ser acusada de violar sigilo profissional e, nesta hipótese poderá ser apenada em

- a) suspensão.
- b) multa progressiva.
- c) censura.
- d) exclusão, com retenção de honorários.

**Questão 3**

Dr. Vander foi apenado em exclusão por meio de Processo Disciplinar perante a OAB, e almeja solicitar a revisão deste processo. Diante das regras do Código de Ética e Disciplina, assinale a alternativa correta.

- a) A competência para processar e julgar o processo de revisão é do órgão superior ao que emanou a condenação final.
- b) Quando o órgão competente for o Conselho Federal, a revisão processar-se-á perante a Terceira Câmara, reunida em sessão plenária.
- c) O pedido de revisão será autuado nos próprios autos do processo disciplinar a que se refira.
- d) O pedido de revisão, como regra, não suspende os efeitos da decisão condenatória.

**Questão 4**

O Conselho Seccional de São Paulo observa de forma recorrente a violação ao Estatuto da OAB pela subseção de Ilhabela. Nesta situação, objetivando intervenção na respectiva subseção, o Conselho Seccional deve contar com voto de

- a) dois terços de seus membros
- b) um terço de seus membros
- c) metade de seus membros
- d) maioria absoluta de seus membros

**Questão 5**

No dia 10.10.2021 será realizada uma Sessão no Conselho Federal da OAB objetivando a verificação da viabilidade do repasse de verbas para implementação de alguns projetos em determinadas Seccionais. Nesta situação, quanto a votação no Conselho Federal, assinale a alternativa correta.

- a) os presidentes dos Conselhos Seccionais, nas sessões do Conselho Federal, têm direito somente a voz.
- b) os presidentes dos Conselhos Seccionais, nas sessões do Conselho Federal, têm direito somente a voz e voto.
- c) os presidentes dos Conselhos Seccionais, nas sessões do Conselho Federal, têm direito somente a voto.
- d) os presidentes dos Conselhos Seccionais, nas sessões do Conselho Federal, não possuem direito a voto, e tampouco a voz.

**Questão 6**

Dr. Zeca é Conselheiro Federal da OAB, e sempre reforça a sua condição frente aos examinandos da OAB, justamente por considerar que exerce um serviço público relevante. Quanto a remuneração percebida por Dr. Zeca no exercício de suas funções, assinale a alternativa correta.

- a) O cargo de conselheiro ou de membro de diretoria de órgão da OAB é remunerado, tendo como teto a remuneração do Presidente da OAB, este considerado serviço público relevante.
- b) O cargo de conselheiro ou de membro de diretoria de órgão da OAB é de exercício gratuito.
- c) Apenas o membro de diretoria de órgão da OAB é de exercício gratuito e obrigatório, considerado serviço público relevante.
- d) O cargo de conselheiro é remunerado, tendo como teto a remuneração dos Ministros do STF.

**Questão 7**

Caso venha a ser observado um conflito de competência entre a Subseção de Ibiúna e o Conselho Seccional de São Paulo, a situação deverá ser solucionada pelo

- a) Conselho Federal, com recurso voluntário ao órgão Especial do Conselho Pleno.
- b) Conselho Seccional, com recurso voluntário ao Conselho Federal.
- c) Subseção, com recurso voluntário ao Conselho Seccional.
- d) Conselho Seccional, com recurso voluntário a Diretoria do Conselho Seccional.

**Questão 8**

Dondinha é advogada, e atualmente exerce a função de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. No entanto, encontra-se afastada de suas atividades, a pedido, e sem qualquer vencimento, já que está avaliando a proposta financeira realizada pela empresa “XPW”, onde exerceria a função de gerente jurídica.

Considerando a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) A função de gerente jurídica é incompatível com o exercício de suas atividades no Tribunal de Contas.
- b) Dondinha é impedida de exercer a sua atividade no Tribunal de Contas em conjunto com a de gerência jurídica.
- c) Dondinha poderá exercer as duas atividades, já que a função de gerência jurídica não é privativa de advogado.
- d) Dondinha poderá exercer as duas atividades, desde que comunique oficialmente ao Tribunal de Contas.

---

**FILOSOFIA DO DIREITO**

---

**Jean Vilbert****Questão 9**

O dicionário define a lei com a regra de direito ditada pela autoridade estatal e tornada obrigatória para manter, numa comunidade, a ordem e o desenvolvimento; a norma elaborada e votada pelo Poder Legislativo; a obrigação imposta pela consciência e pela sociedade. Jean-Jaques Rousseau, baluarte da democracia moderna, entende que a lei é a matéria decidida conforme a vontade do povo.

A lei é o preceito jurídico escrito, estabelecido pela autoridade estatal competente e dotado de caráter geral e obrigatório. Dentro desse conceito, é CORRETO afirmar:

- a) A lei é um mandamento constituído por um preceito primário, isto é, a descrição de uma conduta típica proibida ou obrigatória, e um preceito secundário, a imposição de uma sanção, que pode ser punitiva ou premial.
- b) A lei deve derivar da autoridade estatal competente, o que se cinge à iniciativa para provocar e competência para aprovar a lei.
- c) A lei é feita para reger tanto casos em geral (leis genéricas) como casos específicos (lei de efeitos concretos).
- d) A lei pode buscar tanto o justo, como assentar preceitos morais como bom, éticos e sacros, além de práticos como o útil.

**Questão 10**

“Não há ordem democrática sem respeito a decisões judiciais. Não há direito que justifique o descumprimento de uma decisão da última instância do Poder Judiciário. Afinal, é o Poder Judiciário o órgão responsável por afastar, mesmo contra maiorias, medidas que suprimam os direitos constitucionais” (Ministro Edson Fachin - ADPF 572 MC/DF).

Gustav Radbruch (1848-1949) dividiu sua vida entre o direito e a política. Como membro do Partido Social Democrata Alemão, teve assento no Parlamento entre 1920-1924. Com a ascensão do nazismo, que desembocou na Segunda Guerra Mundial, foi relegado à ociosidade (exceto por um ano em que esteve na universidade de Oxford, Inglaterra). Com o fim do conflito, publicou “Cinco Minutos de Filosofia do Direito” (1945), uma dura crítica ao positivismo jurídico, que o destacaria como expoente do pós-positivismo.

Segundo Radbruch, é CORRETO afirmar:

- a) Os cidadãos devem obediência à lei sem questionamentos.
- b) A segurança jurídica é um princípio absoluto.
- c) Existe o risco de que o Estado de Direito se torne um Estado contra o Direito.
- d) Princípios, como o acusatório no processo penal, que impede que o juiz se torne um acusador, cedem a disposições legais específicas, pois as regras são mais importantes.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Diego Cerqueira

**Questão 11**

No que tange à responsabilidade do Presidente da República, a CRFB/88 afirma que, caso admitida a acusação contra o Presidente pela prática de crime comum, ele será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, após o STF receber a denúncia ou queixa. Alguns renomados juristas vinham discutindo com relação aos efeitos do recebimento da denúncia ou queixa-crime pelo STF. Diante do caso acima, é correto afirmar que o Presidente:

- a) ficará suspenso de suas funções pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.
- b) ficará suspenso de suas funções pelo prazo máximo de 100 (cem) dias.
- c) ficará suspenso de suas funções pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.
- d) ficará suspenso de suas funções pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Questão 12**

Diego, atual Presidente da República, delegou a Francisco, Ministro de Estado, a competência para editar decreto visando à extinção de cargos públicos, quando vagos. Tendo em vista o que assevera a CRFB/88, é correto afirmar que a delegação foi:

- a) regular, já que a matéria era suscetível de delegação.
- b) irregular, tendo em vista que a delegação não foi ratificada pelo Legislativo.
- c) irregular, já que a matéria era insuscetível de delegação.
- d) regular, tendo em vista que a extinção de cargos vagos já é de competência dos Ministros.

**Questão 13**

Igor, Governador do Estado X, deseja estabelecer um determinado programa social com as seguintes características:

- Será facultado aos alunos da rede pública estadual a participação nas atividades artísticas em turno diverso do horário escolar, ministradas por profissionais voluntários vinculados a entidades privadas que firmarem, nos termos da legislação infraconstitucional pertinente, instrumentos jurídicos de parceria com o Estado;
- Outrossim, as despesas do programa serão custeadas com recursos financeiros das entidades parceiras. Assim, não ocorrerá a criação de novos cargos e órgãos públicos, muito menos a atribuição de novas competências à Secretaria de Estado encarregada de executar o programa.

De acordo com o apresentado acima, para que a proposta do Governador seja viável é preciso que:

- a) o projeto de lei, de sua iniciativa privativa, seja encaminhado ao Poder Legislativo, já que o programa demanda reorganização da administração pública, matéria que não pode ser objeto de ato normativo infralegal.
- b) o projeto de lei, de sua iniciativa privativa, seja encaminhado ao Poder Legislativo, já que as parcerias firmadas pela Administração pública dependem de prévia autorização legislativa.
- c) ocorra a edição de decreto dispondo sobre normas de organização e funcionamento da Administração para a instituição e a execução do programa, desde que não implique no aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- d) seja encaminhado um projeto de lei, em matéria de iniciativa legislativa concorrente com o Congresso Nacional, não podendo o programa ser objeto de ato normativo infralegal.

**Questão 14**

A Constituição do estado Gama possui normas específicas em relação ao processo e ao julgamento por crimes de responsabilidade praticados pelo chefe do poder executivo estadual. Ocorre que a previsão levantou muitas dúvidas para os governadores dos outros estados da federação quanto à constitucionalidade de tais normas. Tendo em vista a hipotética apresentada, é correto afirmar que o Supremo Tribunal Federal entende no sentido da:

- a) inconstitucionalidade destas, uma vez que são normas de reprodução obrigatória, aplicação do princípio da simetria.
- b) inconstitucionalidade destas, tendo em vista que são normas que se inserem na competência legislativa privativa da União.
- c) constitucionalidade destas, já que são normas procedimentais em matéria processual, que se inserem na competência legislativa concorrente.
- d) constitucionalidade destas, pois a Constituição estadual representa, no plano local, a expressão mais elevada do exercício concreto do poder de auto-organização.

**Questão 15**

Com base em informação obtida pela sua assessoria jurídica, Roserval, Presidente da República, editou um decreto extinguindo 1.000 cargos públicos vagos e organizando um setor da administração pública federal. Vale destacar que a última medida não acarretou aumento de despesa e muito menos a criação ou extinção de órgãos públicos.

Paulo, que se encontra estudando para concursos públicos, sentiu-se prejudicado com o conteúdo do decreto. Por conta disso, solicitou que o seu advogado analisasse o referido ato normativo. De acordo com a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Ambas as matérias tratadas no decreto são de competência do Presidente da República.
- b) O decreto somente poderia das referidas matérias se existisse lei delegada autorizando-o.
- c) O decreto não poderia ter tratado sobre a organização administrativa. Já em relação a extinção de cargos públicos vagos não há impedimento algum.
- d) O decreto somente poderia ter versado sobre a organização administrativa. Assim, é inconstitucional por ter tratado acerca da extinção de cargos públicos vagos.

**Questão 16**

Priscila, Presidente da República, está sofrendo acusação de praticado homicídio doloso em face de seu ex-marido. Preocupado com as repercussões políticas em razão de sua condição de Presidente da República, ela decidiu consultar seu corpo jurídico para saber quais as consequências do referido ato no exercício da presidência. Diante dos fatos apresentados, seus advogados responderam que o Presidente:

- a) será imediatamente suspenso de suas funções pelo prazo previsto na Constituição, se recebida a denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) será imediatamente suspenso de suas funções pelo prazo previsto na Constituição, se recebida a denúncia pelo Senado Federal.
- c) será imediatamente suspenso de suas funções, se a acusação for autorizada por dois terços da Câmara dos Deputados e a denúncia recebida pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) será criminalmente processado somente após o término do mandato, tendo imunidade temporária à persecução penal.

**Questão 17**

O ato do Presidente da República Cristiano atentou contra o livre exercício do Poder Judiciário. Diante da situação apresentada, com base no sistema constitucional vigente, é correto afirmar que:

- a) houve a prática de crime de responsabilidade e se a acusação for admitida por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- b) houve a prática de crime de responsabilidade e se a acusação for admitida por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) houve a prática de crime comum e se a acusação for admitida por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) a prática de crime comum e se a acusação for admitida por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.

---

**DIREITOS HUMANOS**

---

**Ricardo Torques****Questão 18**

João é depositário de um bem móvel e, portanto, deve guardá-lo e mantê-lo conservado, assumindo a obrigação de devolvê-lo quando determinado. Com o transcurso do tempo, João apegou-se ao bem e negou-se a devolvê-lo, sendo determinada a sua prisão civil.

Como advogado constituído para representar João, o que pode ser sustentado em defesa do depositário?

- a) João poderá ser preso caso tenha sido constituído como depositário por ordem judicial.
- b) A Constituição Federal, no inciso LVII do art. 5º, veda apenas a prisão civil por dívida, admitindo a prisão por inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e do depositário infiel e, por isso, João poderá ser preso.
- c) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH – Pacto de San José da Costa Rica) considera ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- d) O Pacto de San José da Costa Rica revogou tacitamente a previsão constitucional que possibilitava a prisão do depositário infiel.

**Questão 19**

Em 10 de outubro de 1980, um grupo de mulheres reuniu-se em São Paulo para manifestar contra o aumento dos casos de violência de gênero no Brasil. A manifestação permanece sendo atual, visto que os dados indicam que uma mulher é morta a cada sete horas no Brasil; o país ocupa o 5º lugar no ranking mundial do feminicídio; uma mulher sofre violência doméstica a cada dois minutos e quase metade das mulheres relata já ter sofrido assédio sexual no trabalho.

O Brasil é signatário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), aumentando, portanto, sua responsabilidade na tutela dos direitos das mulheres. Com base na Convenção, assinale a alternativa correta:

- a) Amanda, vítima de sofrimento psicológico na esfera privada, não poderá valer-se das disposições da Convenção de Belém do Pará pois estas aplicam-se exclusivamente às hipóteses de morte ou sofrimento físico.
- b) Bruna não poderá denunciar o ginecologista que a atendeu em consultório particular, visto que a Convenção de Belém do Pará volta-se à proteção da mulher exclusivamente na esfera pública.
- c) Carol tem direito a recurso simples e rápido perante tribunal competente que a proteja contra atos que violem seus direitos e poderá usufruir de igualdade de acesso às funções públicas, participando nos assuntos públicos, salvo na tomada de decisões.
- d) Dandara é considerada livre de violência quando pode ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

OAB **DIREITO INTERNACIONAL**

Vanessa Arns

**Questão 20**

Sobre as funções da OMC, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Administrar os acordos internacionais entre seus membros.
- b) Servir como um fórum para as negociações internacionais de comércio.
- c) Proceder à revisão das políticas comerciais dos países-membros.
- d) Solucionar controvérsias de qualquer natureza entre seus membros.

**Questão 21**

Considerando os Princípios Basilares do Sistema Multilateral de Comércio, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O Princípio da nação-mais-favorecida é aquele segundo o qual um membro da OMC deve escolher qual será a nação mais favorecida por seu acordo comercial.
- b) O Princípio consolidação dos compromissos é aquele de acordo com o qual um membro deve conferir aos demais tratamento não menos favorável que aquele estabelecido na sua lista de compromissos.
- c) O Princípio da transparência é aquele por meio do qual os membros devem dar publicidade às leis, regulamentos e decisões de aplicação geral relacionados a comércio internacional, de modo que possam ser amplamente conhecidas por seus destinatários.
- d) O Princípio do tratamento nacional é aquele pelo qual um produto ou serviço importado deve receber o mesmo tratamento que o produto ou serviço similar quando entra no território do membro importador.

---

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

---

Rodrigo Martins

**Questão 22**

A pessoa jurídica X foi autuada em razão do descumprimento de obrigações tributárias acessórias relativas ao ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Por não concordar com a autuação, ingressou, tempestivamente, com impugnação administrativa, por meio da qual questionou o AIIM - Auto de Infração e Imposição de Multa. Como o órgão administrativo estava demorando muito para decidir essa impugnação administrativa, a autuada propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal junto ao Poder Judiciário, por meio da qual apresentou os mesmos argumentos expostos na impugnação administrativa em questão. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A ação judicial deve ser julgada improcedente, sem análise do mérito, tendo em vista a existência de impugnação administrativa que lhe é antecedente, pendente de decisão.
- b) A propositura de ação judicial sobre matéria idêntica àquela demandada na esfera administrativa não implica, por si, em desistência da impugnação administrativa.
- c) A ação judicial deve ser suspensa até que seja proferida decisão definitiva na impugnação administrativa.
- d) A concomitância de impugnação administrativa e de ação judicial versando sobre matéria idêntica implica em desistência da impugnação administrativa.

**Questão 23**

Pedro transferiu imóvel de sua propriedade para a pessoa jurídica X, da qual é sócio e cuja atividade preponderante é a de locação de bens imóveis, com vistas à integralização da sua parte no capital social. Foram integralizados R\$ 500.000,00, que correspondem ao valor do imóvel. Ocorre que Pedro foi surpreendido com a cobrança do ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, calculado mediante a aplicação de alíquota progressivas, conforme estabelecidas na lei do Município onde localizado o imóvel. Sobre essa hipótese, é correto afirmar que:

- a) A operação não é imune à incidência de impostos e a progressividade das alíquotas é constitucional.
- b) A operação é imune à incidência de impostos e a progressividade das alíquotas é inconstitucional.
- c) A operação não é imune à incidência de impostos e a progressividade das alíquotas é inconstitucional.
- d) A operação é imune à incidência de impostos e a progressividade das alíquotas é constitucional.

**Questão 24**

Em dezembro de 2006 foi publicada a Lei Complementar nº 123, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e que criou um novo regime de tributação simplificada, conhecido como SIMPLES Nacional. Ao ser contratado(a) para elaborar um Parecer sobre esse regime, qual das afirmativas abaixo você não colocaria na tua peça, porque está errada:

- a) O regime de tributação simplificada é obrigatório a todos os contribuintes que cumpram os requisitos previstos na referida lei complementar.
- b) Poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado.
- c) O recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento.
- d) A arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.

**Questão 25**

O Município X, após realizar opção constitucionalmente admitida, passou a cobrar e fiscalizar o ITR - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural, incidente sobre os imóveis rurais localizados fora da sua área urbana e de expansão urbana. Em decorrência disso passou a receber 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do referido imposto da União, relativo aos imóveis situados no Município. Sobre essa cobrança e fiscalização do ITR pelo Município X, assinale a afirmativa correta.

- a) Não são possíveis, pois o ITR é um tributo federal e a competência tributária da União é indelegável.
- b) São possíveis, porém, a totalidade do produto da arrecadação do imposto pertence ao Município.
- c) São possíveis, porém, somente 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto pertence ao Município.
- d) São possíveis e está correta a atribuição de 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto ao Município.

**Questão 26**

Carlos adquiriu um terreno localizado na zona de expansão urbana do Município X, onde passou a residir com a sua família. O imóvel está localizado num condomínio que ainda não é dotado de meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, rede de iluminação pública ou escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel. Considerando somente as informações apresentadas na hipótese acima, é correto afirmar essa propriedade imóvel está sujeita à:

- a) Nenhum imposto, seja o IPTU ou o ITR, pois está situado na zona de expansão urbana do Município.
- b) Do IPTU e também do ITR, nos termos do CTN - Código Tributário Nacional, já que o imóvel não é dotado daqueles melhoramentos.
- c) Incidência do IPTU.
- d) Incidência do ITR.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Igor Maciel

**Questão 27**

O Município Alfa publicou lei municipal pela qual autorizava a atividade de policiamento de trânsito feita pela Empresa de Transporte e Trânsito de Alfa – AlfaTrans, sociedade de economia mista. De acordo com o diploma legal, a empresa é responsável, inclusive, pela aplicação das multas de trânsito. A partir dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- a) o ato de poder de polícia pode ser dividido em três ciclos: ordem, fiscalização e sanção, de modo que somente a fase de fiscalização pode ser plenamente delegada para quaisquer particulares.
- b) o poder de polícia pode ser delegado, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Pública indireta, e prestadoras exclusivamente de serviço público.
- c) o poder de polícia administrativa atua sobre os próprios indivíduos para combater o ilícito penal, sendo predominantemente repressivo.
- d) o poder de polícia pode ser delegado por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

**Questão 28**

Uma associação destinada à promoção de assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar foi qualificada como Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos – OSCIP, e formalizou termo de parceria com a União. Posteriormente, a associação recebeu recursos que foram aplicados integralmente na realização de suas atividades, bem como na compra de um imóvel em que deveria funcionar a sede da entidade. Com base nessa situação, assinale a afirmativa correta:

- a) não pode ser criada OSCIP com a finalidade de promoção de assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar, uma vez que tal tarefa já é destinada à Defensoria Pública.
- b) preenchidos os requisitos legais, a autoridade competente decidirá se concede ou não a respectiva qualificação, no exercício do poder discricionário.
- c) adquirido bem imóvel, pela OSCIP, com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.
- d) somente podem qualificar-se como OSCIP as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 2 (dois) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituído por lei.

**Questão 29**

Mariano é presidente de uma associação voltada à educação de jovens e adultos e deixou de prestar contas de recursos que ele havia recebido do Ministério da Educação, por meio de convênio, para serem aplicados no projeto. Em razão disso, em 20/11/2014, o Tribunal de Contas da União, no julgamento de Tomada de Contas Especial, condenou Mariano a restituir aos cofres públicos os valores recebidos por meio do convênio. O condenado foi instado a cumprir a obrigação, mas não pagou os valores, motivo pelo qual, em 21/01/2021 foi ajuizada execução de título executivo extrajudicial cobrando a quantia. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta:

- a) é imprescritível a ação reparatória se o Poder Público sofreu um dano ao erário decorrente de um ilícito civil e deseja ser ressarcido.
- b) a pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos reconhecida em acórdão de Tribunal de Contas prescreve na forma da Lei de Execução Fiscal.
- c) as decisões do Tribunal de Contas que determinem a imputação de débito ou apliquem multa terão eficácia de título executivo judicial, motivo pelo qual podem ser executadas por meio de cumprimento de sentença.
- d) o Tribunal de Contas detém legitimidade para executar suas decisões das quais resulte imputação de débito ou multa.

**Questão 30**

Valdivino era Vereador, Presidente da Câmara Municipal do Município de Bem Lindo, quando, em 2012, imprudentemente, ordenou a realização de despesas não autorizadas em lei. Em decorrência do ato, em 2013, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade contra ele. A sentença do referido processo transitou em julgado em 2021 e, entre outras sanções, condenou Valdivino à perda da função pública. Ocorre que, atualmente, ele ocupa o cargo de Prefeito Municipal. Diante dessa situação, ele procurou você na qualidade de advogado, que deverá informar corretamente que:

- a) o agente deve perder a função pública que estiver ocupando no momento do trânsito em julgado, ainda que seja diferente daquela que ocupava no momento da prática do ato de improbidade.
- b) o ato praticado representa ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, o qual não pode ser punido a título de culpa.
- c) a pena de suspensão dos direitos políticos por ato de improbidade administrativa não é capaz de alcançar qualquer mandato eletivo que esteja sendo ocupado.
- d) o ato praticado representa ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, o qual somente pode ser punido a título de dolo.

**Questão 31**

Carla é professora concursada da rede pública municipal de ensino. No planejamento para o ano letivo, a coordenadora pedagógica apresentou o cronograma das aulas e Carla percebeu que teria que dar aulas segundas, quartas e sextas no período de 18h às 20h. Todavia, ela é membro ativo da Igreja Adventista do Sétimo Dia e, conforme sua crença religiosa, ela se sente impossibilitada de realizar atividades profissionais ou acadêmicas no período entre o pôr do Sol de sexta-feira ao pôr do Sol de sábado. Diante disso, ela procurou um advogado, o qual informou corretamente que:

- a) é possível à Administração Pública, exceto durante o estágio probatório, estabelecer critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes aos cargos públicos, em face de servidores que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa, desde que presentes a razoabilidade da alteração.
- b) é possível à Administração Pública estabelecer critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes aos cargos públicos, em face de servidores que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa, desde que presentes a razoabilidade da alteração, não se caracterize o desvirtuamento do exercício de suas funções e não acarrete ônus desproporcional à Administração Pública, que deverá decidir de maneira fundamentada.
- c) é possível à Administração Pública estabelecer critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes aos cargos públicos, em face de servidores que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa, desde que presentes a razoabilidade da alteração, e ainda que acarrete ônus desproporcional à Administração Pública, independentemente de fundamentação.
- d) é possível à Administração Pública, exceto durante o estágio probatório, estabelecer critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes aos cargos públicos, em face de servidores que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa, desde que presentes a razoabilidade da alteração, não se caracterize o desvirtuamento do exercício de suas funções e não acarrete ônus desproporcional à Administração Pública, independentemente de fundamentação.

**Questão 32**

Francisco é parte em processo administrativo federal, no qual foi proferida decisão que rejeitou sua pretensão. Ele, então, pretende recorrer dessa decisão por considerá-la ilegal. Acerca do caso apresentado, e observando a legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- a) no processo administrativo federal, eventual recurso deve ser dirigido à autoridade hierarquicamente superior à autoridade que proferiu a decisão.
- b) é de quinze dias o prazo para interposição de qualquer recurso administrativo na esfera federal, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- c) o recurso deve ser conhecido ainda quando interposto perante órgão incompetente.
- d) caso o recurso não seja conhecido, não haverá impedimento de que a Administração reveja de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

---

**DIREITO AMBIENTAL**

---

Roserval Júnior

**Questão 33**

Mineradora brasileira produtora de minério de ferro tem uma de suas barragens de contenção rompida. Com **o intuito de se eximir da responsabilidade, a empresa apresenta em sua defesa licença ambiental válida, e existência de laudo atestando a segurança da barragem.**

Sobre a responsabilidade ambiental, é CORRETO afirmar:

- a) A reparação civil do dano ambiental é subjetiva e será feita por meio da imposição de obrigação de fazer ou de não fazer ou por intermédio do pagamento de indenização, não se admitindo a cumulação dos pedidos.
- b) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a desconsideração da pessoa jurídica para fins de responsabilização pela prática de crimes ambientais.
- c) É o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.
- d) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa e civilmente. No entanto, não cabe a responsabilidade penal no caso de crimes ambientais.

**Questão 34**

O Governo Federal pretende ampliar a malha ferroviária no Estado do Pará. Os estudos prévios demonstram que a ferrovia cortaria uma terra indígena e o Parque Nacional da Serra do Pardo. Sobre o tema, marque a opção correta:

- a) O licenciamento ambiental da atividade será competência dos Municípios ligados pela ferrovia.
- b) O licenciamento ambiental da atividade será competência do estado da União.
- c) O licenciamento ambiental da atividade será competência do estado do Pará.
- d) É dispensado o licenciamento ambiental, por ser caso de utilidade pública. Há, no entanto, a necessidade de consulta à população indígena diretamente afetada pelo empreendimento.

**DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

**Questão 35**

Carlos, Carla e Márlia são irmãos. Após a morte de seus pais, permanecem aguardando ansiosamente a abertura do testamento, cabendo a Márlia a leitura das disposições testamentárias. Em razão da rivalidade existente entre os irmãos, todos ficarão atentos para qualquer irregularidade nas disposições escritas, a fim de evitar indevido favorecimento em proveito de qualquer deles. Em relação às disposições testamentárias, é nula a disposição:

- a) que se refira a pessoa incerta, ainda que a identidade se possa averiguar;
- b) que não permita ao herdeiro fixar o valor do legado;
- c) que favoreça a testemunha do testamento;
- d) que favoreça a pessoa incerta, exceto quando a um terceiro for determinado que a indique.

**Questão 36**

A sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade. Ou seja, a herança será dividida conforme estabelece a lei, excetuando as disposições do falecido em testamento, por exemplo. Aquilo que fica de fora do testamento, ou se for caduco ou nulo o testamento, é regido pela lei. Mas, se morre a pessoa sem testamento, transmite-se a herança aos herdeiros legítimos. Em relação ao testamento, suas modalidades e peculiaridades, é correto afirmar que:

- a) são dispensadas testemunhas no testamento cerrado;
- b) é válido o testamento particular que, a despeito de não ter sido assinado de próprio punho pela testadora, contou com a sua impressão digital;
- c) é proibido o testamento conjuntivo, salvo se for recíproco;
- d) o testamento público não terá validade se o testador não souber assinar.

**Questão 37**

João faleceu e deixou um grande patrimônio a ser herdado conforme a sucessão legítima definida por lei. Quanto à sucessão legítima, supondo-se todas as hipóteses possíveis de sucessores legítimos, assinale a alternativa que indicar o último sucessor possível na ordem legalmente posta:

- a) os descendentes;
- b) os ascendentes, em concorrência com o cônjuge;
- c) o cônjuge sobrevivente, se casado com o João no regime de separação obrigatória;
- d) os colaterais.

**Questão 38**

Ainda que sempre possível a realização de exame de DNA para se comprovar a filiação, há casos em que a lei presume terem sido concebidos os filhos na constância do casamento. Quanto a isso, assinale a alternativa que não representa uma correta hipótese para essa presunção:

- a) filhos nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
- b) filhos havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;
- c) filhos havidos por inseminação artificial heteróloga, ainda que sem prévia autorização do marido;
- d) havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.

**Questão 39**

A vigência do Código Civil de 2002 impactou em algumas relações jurídicas existentes anteriormente. Com disposições legais sobre as mais variadas situações das relações privadas, o atual Código Civil trouxe novos prazos, revogando aqueles estipulados em lei anterior. Porém, em razão da necessária segurança jurídica, o próprio Código Civil modulou a aplicação de seus prazos quando diferentes das leis anteriores para os casos específicos. Quanto a essa modulação, é correto afirmar que:

- a) serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos pelo Código Civil, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada;
- b) serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos pelo Código Civil, e se, na data de sua entrada em vigor, houver transcorrido menos da metade do tempo estabelecido na lei revogada;
- c) serão os do Código Civil os prazos, quando por ele reduzidos, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada;
- d) serão os do Código Civil os prazos, quando por ele reduzidos, e se, na data de sua entrada em vigor, houver transcorrido menos da metade do tempo estabelecido na lei revogada.

**Questão 40**

O objetivo da tutela é a administração dos bens de crianças e adolescentes (menores), sejam eles absoluta ou relativamente incapazes. A escolha do tutor cabe, em princípio, a ambos os pais, em conjunto, desde que detenha o poder familiar, caso conste tal decisão em algum documento autêntico, como um testamento ou escrito particular, até. Em relação à tutela, é correto afirmar que:

- a) os filhos menores são postos em tutela quando os pais estiverem ausentes por mais de sessenta dias;
- b) é nula a nomeação de tutor pelo pai ou pela mãe que, ao tempo de sua morte, não tinha o poder familiar;
- c) o direito de nomear tutor compete aos pais, individualmente;
- d) irmãos órfãos poderão ter tutores diferentes.

**Questão 41**

Assinale a alternativa que corretamente preenche o espaço na seguinte frase:

“(.....) tem por fim igualar, na proporção estabelecida no Código Civil, as legítimas dos descendentes e do cônjuge sobrevivente, obrigando também os donatários que, ao tempo do falecimento do doador, já não possuem os bens doados.”

- a) A doação suplementar;
- b) A colação;
- c) O testamento;
- d) A deserção.

---

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

---

**Ricardo Torques****Questão 42**

Pedro e Marina são primos e sempre se envolveram com questões que deixassem marcas de sua presença na vida dos outros. Recentemente decidiram ajudar as crianças e os adolescentes da cidade exercendo o papel de membros do Conselho Tutelar.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar que:

- a) Pedro e Marina terão grande possibilidade de ação na tutela dos direitos das crianças e dos adolescentes, posto que o Conselho Tutelar é órgão jurisdicional encarregado pela sociedade por zelar pelo cumprimento dos direitos dessa parcela da população.
- b) Pedro e Marina poderão integrar o quadro do Conselho Tutelar do município caso cumpram os requisitos previstos no ECA: reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residência no município.
- c) Se eleitos como membros do Conselho Tutelar, Pedro fará jus à licença-paternidade e Marina à licença-maternidade, mas não gozarão de cobertura previdenciária, devendo verter contribuições à previdência como contribuintes individuais.
- d) A lei orçamentária municipal preverá os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, cabendo ao Estado membro o pagamento da remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

**Questão 43**

Diego, adolescente de 15 (quinze) anos, cometeu ato infracional em Curitiba – PR. Os pais do menor, ao serem informados do fato, locomoveram-se imediatamente de Cascavel – PR para prestar assistência ao filho. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- a) Será competente a autoridade judicial de Curitiba – PR, local da prática do ato infracional.
- b) O juízo é absolutamente competente e não poderá delegar a execução de medidas à autoridade competente da residência dos pais de Diego.
- c) Será competente a autoridade judicial de Cascavel – PR, local de domicílio dos pais de Diego.
- d) As regras de conexão, continência e prevenção não são aplicadas aos procedimentos regulados pelo ECA.

---

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

---

**Igor Maciel****Questão 44**

Tatiana soube através da internet que sua banda favorita iria realizar um show em sua cidade. Por ter apenas um ponto de venda físico dos ingressos para o show e esse ser bastante distante da sua residência, ela preferiu acessar o site da empresa “Ingress”, que estava realizando a venda do ticket pelo valor de R\$ 200,00 e cobrando mais R\$ 10,00 como “taxa” pelo fato de o consumidor estar adquirindo o ingresso em sua plataforma de venda na internet. Tatiana então consultou uma amiga advogada para saber se era legítima a cobrança dessa taxa, a qual informou corretamente que:

- a) representa prática abusiva e prejudicial à livre concorrência, devendo a empresa ser condenada a restituir todos os valores cobrados a título de “taxa de conveniência”.
- b) é plenamente inválida a intermediação, pela internet, da venda de ingressos para eventos culturais e de entretenimento.
- c) é legítima, de qualquer forma, a cobrança do valor extra a título de “taxa de conveniência”, uma vez que representa uma comodidade ao consumidor.
- d) a cobrança é lícita, desde que o consumidor seja previamente informado sobre o preço total da aquisição do ingresso, com o destaque de que está pagando um valor extra a título de “taxa de conveniência”.

**Questão 45**

Waldo e Wanda eram casados. Ele era usuário, na qualidade de titular, de plano de saúde empresarial, e ela, como esposa, era dependente no plano e também gozava da cobertura. Em 10/03/2020, Wanda faleceu e Waldo passou a pagar apenas R\$ 1.000,00 referente à sua cota no plano, deixando de pagar os R\$ 1.000,00 relacionados com a “de cujus”. Em julho de 2020, Waldo recebeu uma carta informando que o plano de saúde havia inserido seu nome no SERASA em razão de uma dívida de R\$ 4.000,00 relacionada com quatro meses de plano de saúde atrasados (abril/2020 a julho/2020), referentes às mensalidades que seriam devidas por Wanda. Ele, então, procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

- a) a eficácia do contrato de plano de saúde se protraí no tempo até o falecimento da beneficiária, descabendo cobranças efetuadas em relação ao período posterior à morte.
- b) a morte é fato jurídico superveniente que implica o rompimento do vínculo entre a beneficiária e a operadora do plano de saúde, mas esse efeito só se produzirá para a operadora depois de tomar conhecimento de sua ocorrência.
- c) o prazo prescricional aplicável às demandas em que se pleiteiam revisão de cláusula abusiva em contratos de plano de saúde é de cinco anos, nos termos do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.
- d) aplica-se as normas do Código de Defesa do Consumidor a todos os contratos de plano de saúde, especialmente quanto aos direitos do consumidor e às práticas abusivas.

**DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**Questão 46**

Determinadas pessoas naturais, em razão de sua atividade profissional, e certas espécies de pessoas jurídicas, todas devidamente registradas no órgão competente, gozam de tratamento simplificado, favorecido e diferenciado em relação aos demais agentes econômicos – microempresas e empresas de pequeno porte.

De acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte, quanto à forma jurídica, são

- a) cooperativa de crédito, empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade simples.
- b) cooperativa de produção, empresário individual, empresa pública e sociedade limitada.
- c) empresário individual, profissional liberal, empresa Individual de responsabilidade limitada e sociedade por ações.
- d) empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada, sociedade simples e sociedade empresária, exceto por ações.

**Questão 47**

Em 11 de setembro de 2016, ocorreu o falecimento de Pedro, sócio de uma sociedade simples. Nessa situação, o contrato prevê a resolução da sociedade em relação a um sócio. Na alteração contratual ficou estabelecida a redução do capital no valor das quotas titularizadas pelo ex-sócio, sendo o documento arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em 22 de outubro de 2016.

Diante da narrativa, os herdeiros de Pedro são responsáveis pelas obrigações sociais anteriores à data do falecimento, até dois anos após

- a) a data do arquivamento da resolução da sociedade (22 de outubro de 2016).
- b) a data da resolução da sociedade e pelas posteriores e em igual prazo, a partir de 11 de setembro de 2016.
- c) a data da resolução da sociedade em relação ao sócio Pedro (11 de setembro de 2016).
- d) a data do arquivamento da resolução da sociedade e pelas posteriores e em igual prazo, a partir de 22 de outubro de 2016.

**Questão 48**

Sebastião e Marcelo constituíram uma sociedade sem que o documento de constituição tivesse sido levado a registro. Marcelo assumiu uma dívida em seu nome pessoal, mas no interesse da sociedade. Barros é credor de Marcelo pela referida obrigação.

Barros poderá provar a existência da sociedade:

- a) de qualquer modo, e os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por Marcelo.
- b) somente por escrito, e os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por Marcelo.
- c) somente por escrito, e os bens particulares de Marcelo e Sebastião respondem pelos atos de gestão praticados por Marcelo.
- d) de qualquer modo, e somente os bens particulares de Marcelo respondem pelos atos de gestão por ele praticados.

**Questão 49**

Perseu, em 2012, ingressa numa sociedade simples, constituída em 2008, formada por cinco pessoas naturais e com sede na cidade de Primeira Cruz. De acordo com as disposições do Código Civil sobre a sociedade simples, assinale a afirmativa correta.

- a) Perseu responde apenas pelas dívidas sociais posteriores à admissão.
- b) Perseu responde apenas pelas dívidas sociais contraídas no ano anterior à admissão.
- c) Perseu não responde pelas dívidas sociais anteriores e posteriores à admissão.
- d) Perseu é responsável por todas as dívidas sociais anteriores à admissão.

**Questão 50**

A respeito do sócio ostensivo da sociedade em conta de participação, assinale a afirmativa correta.

- a) É também chamado de sócio oculto.
- b) É o novo sócio admitido, mesmo que sem o consentimento dos demais, quando a sociedade necessitar de um aporte de capital.
- c) É o único sócio ostensivo da sociedade, vedada a pluralidade de sócios dessa natureza.
- d) É o único responsável pela atividade constitutiva do objeto social.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

---

**Ricardo Torques****Questão 51**

Pedro é credor de Mário mas, para poder zombar publicamente do desafeto, recusa-se a receber o pagamento. Orientado por um advogado, Mário decide consignar o pagamento para dar fim à situação. Sobre a referida ação, pode-se afirmar:

- a) A ação de consignação em pagamento é cabível apenas para pagamento de quantia.
- b) A consignação será requerida no foro do domicílio de Mário, devedor da obrigação.
- c) Sendo julgado procedente o pedido de consignação efetuado por Mário, o juiz declarará extinta a obrigação de pagar e condenará Pedro ao pagamento de custas e honorários advocatícios.
- d) Caso Pedro, credor da obrigação, receber o pagamento e der plena quitação, o juiz declarará extinta a obrigação e condenará Mário ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

**Questão 52**

Bárbara é proprietária de um grande terreno situado na porção inicial do município onde mora. O bem é parte da herança que recebeu há pouco tempo e, por isso, Bárbara ainda não construiu muros, mantendo apenas uma precária cerca demarcando seu terreno. Passado algum tempo, Bárbara fora informada que várias famílias montaram barracas e construíram pequenas moradias no local.

Como advogado de Bárbara, você explica à cliente que as ações possessórias:

- a) exigem a citação pessoal de todos os membros que estão ocupando seu terreno e, por isso, o trâmite processual será lento.
- b) são fungíveis, de modo que a propositura de uma em vez de outra não impedirá que o juiz conheça dos pedidos formulados.
- c) não admitem a cumulação de condenação em perdas e danos, visto que não havia nada construído no terreno e, assim, Bárbara não experimentou qualquer prejuízo.
- d) são infungíveis e podem ensejar a extinção da ação sem resolução do mérito.

**Questão 53**

O Código de Processo Civil apresenta algumas disposições específicas sobre as ações de família. Com base nas previsões legais, assinale a alternativa correta:

- a) Gabriel e Júlia buscando definir a guarda do filho Rodrigo, criança de 4 (quatro) anos, deverão ater-se às previsões do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) O juiz Jorge deverá empreender todos os seus esforços para a solução das controvérsias que lhe são postas, mas não poderá valer-se de profissionais de outras áreas pois tal medida prejudicaria a celeridade processual.
- c) Ítalo e Roberta peticionaram ao juízo solicitando a suspensão processual pois estão submetidos a atendimento multidisciplinar que poderá resultar na reconciliação do casal. Nesse caso, o pedido poderá ser deferido pelo magistrado.
- d) O Ministério Público deverá intervir em todas as ações de família sob pena de nulidade.

**Questão 54**

Thyago decidiu quitar as parcelas restantes do financiamento do carro e, para isso, contou com a ajuda da amiga Priscila: um empréstimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) que deveria ser pago em 10 parcelas. Passado mais de um ano do acordado, inúmeras conversas e cobranças, Priscila decide ajuizar uma ação de execução - Thyago havia entregue um cheque no valor total do empréstimo. Desse modo, sabe-se que:

- a) A execução será realizada pela expropriação de bens de Thyago e nada impede que, antes de adjudicados ou alienados os bens, Thyago pague ou consigne a importância atualizada da dívida, acrescida de juros, sendo dispensado o pagamento de custas e honorários advocatícios.
- b) Ao despachar a inicial, o juiz fixará os honorários advocatícios de 10% (dez por cento). Caso Thyago efetue o pagamento integral no prazo de 10 (dez) dias, o percentual será reduzido pela metade.
- c) Se Thyago apresentar embargos à execução e estes forem rejeitados, o magistrado poderá elevar o valor dos honorários até 20% (vinte por cento).
- d) Priscila poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz para fins de averbação no registro do automóvel de Thyago, mas não poderá fazê-lo em relação a outros bens.

**Questão 55**

Elba é credora da Fazenda Pública e decide ajuizar uma ação de execução na esperança de receber os valores que lhe são devidos. Com base no Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

- a) A Fazenda Pública será citada para opor embargos à execução em 30 (trinta) dias.
- b) Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, o juiz determinará a expropriação dos bens suficientes à quitação do débito.
- c) O prazo para que a Fazenda Pública oponha embargos à execução é de 15 (quinze) dias, contados da intimação pessoal do procurador federal.
- d) Nos embargos à execução, a Fazenda Pública só poderá alegar a ilegitimidade da exequente, a inexecutabilidade ou inexigibilidade do título ou a ocorrência de prescrição.

**Questão 56**

Daniel, motorista inexperiente, colidiu com o carro de Patrícia. Aceitou pagar pelos danos materiais causados, mas Patrícia entendeu que fazia jus, também, a danos morais e, por isso, ajuizou a devida ação indenizatória no Juizado Especial Cível. Com base na Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta:

- a) O Juizado será competente para conciliar, processar e julgar a ação independentemente do valor pleiteado por Patrícia a título de danos morais.
- b) Daniel e Patrícia poderão comparecer desacompanhados de advogado nas causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.
- c) A ação deverá ser proposta no foro do domicílio de Patrícia ou no local do acidente.
- d) Daniel e Patrícia, caso queiram, poderão constituir advogado verbalmente, inclusive quanto aos poderes especiais.

**Questão 57**

Considerando a ação indenizatória por danos morais proposta por Patrícia em face de Daniel e as disposições da Lei dos Juizados Especiais, pode-se afirmar:

- a) A conciliação das partes será conduzida pelo juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação. Caso seja obtida a conciliação, esta será reduzida a termo e homologada pela autoridade tenha presidido a audiência.
- b) É possível que Daniel e Patrícia realizem a conciliação de modo não presencial, ou seja, valendo-se de recursos tecnológicos que transmitam sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito.
- c) O juiz togado proferirá sentença caso demandante ou demandado não compareçam ou se recusem a participar da tentativa de conciliação não presencial.
- d) Não obtida a conciliação, Daniel e Patrícia não poderão valer-se de juízo arbitral.

**DIREITO PENAL**

Cristiano Rodrigues

**Questão 58**

Pedro e Bruno, sem saber da existência um do outro, atiraram em José que em razão dos disparos veio a falecer. Realizado o exame cadavérico, não se pôde constatar qual dos projéteis fora responsável pelo resultado morte. Neste caso, Pedro e Bruno responderão:

- a) ambos por homicídio doloso consumado.
- b) homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, respectivamente.
- c) homicídio doloso e homicídio culposo, respectivamente.
- d) ambos apenas por homicídio doloso tentado

**Questão 59**

Gustavo obrigou Joana, com idade de 13 anos a praticar com ele sexo oral e anal, ameaçando-a com uma arma de fogo. Ao final das crueldades, Gustavo levou Joana até a beira de um rio, amarrou seu corpo em uma pedra e a atirou no rio para que morresse afogada e não pudesse noticiar o fato à polícia. Qual(is) o(s) crime(s) praticado(s) por Gustavo?

- a) Estupro de vulnerável seguido de morte (crime preterdoloso).
- b) Estupro de vulnerável e homicídio qualificado em concurso material.
- c) Estupro de vulnerável e homicídio qualificado em crime continuado.
- d) Homicídio doloso qualificado, sendo que o Estupro de vulnerável, crime-meio, fica absorvido.

**Questão 60**

Flavio se apropria de verbas previdenciárias de seu já falecido pai, ao permanecer recebendo a aposentadoria do genitor mesmo após sua morte, cometendo assim o crime de apropriação indébita previdenciária. Porém, após saber que sua conduta configuraria crime, o mesmo realiza a devolução e pagamento integral dos débitos oriundos da apropriação, sendo que este pagamento somente é efetuado posteriormente ao recebimento da denúncia. Você como advogado (a) do autor do fato poderá afirmar que este pagamento:

- a) é causa de exclusão da tipicidade.
- b) é causa de extinção da punibilidade.
- c) é causa de exclusão da culpabilidade
- d) é circunstância atenuante da pena

**Questão 61**

Ricardo decide matar seu pai, Frederico. Sabendo da intenção de Ricardo de executar o genitor, Pedro oferece, graciosamente, carona ao agente até o local em que ocorre o crime. A esse respeito, é correto afirmar que Pedro pode ser considerado:

- a) coautor do delito, respondendo por homicídio agravado por haver sido praticado contra ascendente.
- b) partícipe do delito, respondendo por homicídio agravado por haver sido praticado contra ascendente.
- c) partícipe do delito, respondendo por homicídio sem a incidência da agravante pela relação de descendência com a vítima.
- d) coautor do delito, respondendo por homicídio sem a incidência da agravante pela relação de descendência com a vítima.

**Questão 62**

Lucas induziu Pedro, portador de oligofrenia por idiotia, a cometer suicídio. Diante desse induzimento, Pedro se atira de um prédio mas milagrosamente sofre apenas lesões corporais leves em razão da queda. De acordo com a situação acima narrada, podemos afirmar que Lucas responderá pela prática do crime de:

- a) induzimento ao suicídio na modalidade consumada;
- b) lesões corporais leves apenas
- c) induzimento ao suicídio na modalidade tentada;
- d) homicídio doloso tentado;

**Questão 63**

Felipe é preso em flagrante pela prática do crime de roubo simples (Art. 157 caput do CP). Posteriormente, durante o processo se descobre que há 2 inquéritos policiais concluídos em que Felipe foi indiciado pela prática de outros crimes de roubo, além de um outro processo já com sentença condenatória, e que está em fase de recurso interposto pela defesa, por crime de furto praticado há dois anos. De acordo com os dados acima e com base na jurisprudência sumulada dos tribunais superiores, pode-se afirmar que:

- a) Felipe ao ser condenado pelo roubo terá maus antecedentes considerados na sua pena, em face da sentença condenatória anterior quanto ao crime de furto.
- b) Felipe será considerado reincidente em razão da sentença condenatória do crime de furto.
- c) Felipe será condenado neste novo crime como réu primário, sem qualquer aumento de pena por antecedentes ou reincidência relacionado aos crimes anteriores.
- d) Felipe terá maus antecedentes em relação aos inquéritos por roubo, e será considerado reincidente, em face da sentença condenatória do crime de furto.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Ivan Marques

**Questão 64**

O acordo de não persecução penal foi apresentado pela Lei 13.964 de 2019 com a promessa de reduzir os problemas envolvendo as ciências criminais. Diante de seu conteúdo normativo, em qual dos delitos abaixo o Ministério Público poderia, em tese, propor acordo de não persecução penal:

- a) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima praticada contra policial civil.
- b) roubo qualificado pelo resultado lesão corporal.
- c) extorsão qualificada pela ocorrência de lesão corporal.
- d) furto qualificado pelo emprego de explosivo.

**Questão 65**

Tendo como base as disposições específicas a respeito da prisão temporária, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) A prisão temporária é uma modalidade de prisão cautelar, regulamentada pela Lei. 7.960/89. Pode ser decretada tanto na fase investigativa bem como durante o processo criminal, quando se deseja evitar a destruição de provas.
- b) A autoridade policial pode decretar a prisão temporária desde que seja imprescindível ao inquérito policial conforme disposto no art. 1º da Lei 7.960/89.
- c) A prisão temporária tem um prazo máximo de duração de 05 dias, prorrogáveis por mais 05 dias, desde que se comprove sua necessidade.
- d) A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz em se tratando de crimes hediondos ou equiparados, conforme disposto no artigo 2º da Lei 7.960/89.

**Questão 66**

Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público. Em relação à audiência de custódia com as alterações do Pacote Anticrime, responda:

- a) o juiz não poderá relaxar o flagrante se não houver requerimento nesse sentido.
- b) o juiz não poderá conceder ao preso a liberdade provisória se não houver requerimento nesse sentido.
- c) o juiz não poderá converter o flagrante em preventiva se não houver requerimento nesse sentido.
- d) o juiz não poderá arbitrar fiança para delitos com pena máxima até 4 anos pois essa atribuição pertence ao delegado de polícia.

**Questão 67**

Manoel é juiz de Direito na Comarca de Serra da Saudade (MG). Por ser uma cidade com menos de mil habitantes, todos se conhecem e se encontram regularmente. Justamente por essa razão, Manoel decidiu ganhar tempo com as suas sentenças e passou a não fundamentá-las corretamente por escrito, porém, ao encontrar os réus dos processos pela cidade, explica verbalmente com detalhes os motivos de sua decisão. Diante dessa peculiar situação, responda:

- a) sentenças carentes de fundamentação são nulas de pleno direito.
- b) sentenças carentes de fundamentação escrita podem receber explicações complementares aleatoriamente ao encontrar com os jurisdicionados.
- c) sentenças carentes de fundamentação são anuláveis, porém, sem a manifestação da parte na primeira oportunidade, o vício se convalida.
- d) sentenças carentes de fundamentação representam mera irregularidade se a decisão for justa em relação aos fatos.

**Questão 68**

Regis está sendo processado criminalmente por ter praticado aborto em Rita sem o seu consentimento. Após a audiência de instrução e julgamento e a apresentação dos memoriais escritos, o processo foi à conclusão do magistrado competente. Qual das decisões abaixo o juiz de direito poderá proferir:

- a) absolvição própria por falta de provas (art. 386, VII, CPP).
- b) sentença com base no veredicto dos jurados.
- c) condenar o réu às penas da lei.
- d) absolvição imprópria, se for a única tese defensiva.

**Questão 69**

Pedro, oficial de justiça da 1ª Vara Criminal da Comarca do RJ, com o mandado de citação de Isaías em mãos, dirige-se até o endereço indicado no mandado para citar pessoalmente o réu. Entretanto, ao tocar o interfone, vê uma pessoa correndo para se esconder atrás da cortina e pedindo para a sua mãe dizer que ele não está. Diante do comportamento infantil testemunhado, o oficial de justiça:

- a) deverá retornar ao local tantas vezes quantas forem necessárias até o réu se dignar a atender.
- b) deverá informar ao magistrado que o réu se oculta para não ser citado, o que fará o juiz providenciar a citação por hora certa.
- c) deverá certificar que o réu está em local incerto e não sabido, o que fará o juiz citar o réu por edital.
- d) deverá dar o réu por citado, nomear um defensor e seguir o trâmite processual.

**DIREITO DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 70**

Carminha, 15 anos, foi contratada como atendente em um grande supermercado do Estado de São Paulo. Contudo, após 5 meses da contratação, Carminha comunicou o seu estado gravídico de 2 semanas ao empregador.

Inconformado com a situação, especialmente, pela recente contratação, o empregador opta por dispensá-la sem justa causa.

Com base na situação acima, podemos afirmar que Carminha:

- a) não terá direito a estabilidade gestante já que o contrato de emprego é nulo, pois ela não possui a idade mínima permitida para firmar contrato, que no caso é de 16 anos.
- b) não terá direito a estabilidade gestante já que o contrato de emprego é nulo, pois ela não possui a idade mínima permitida para firmar contrato, que no caso é de 18 anos.
- c) terá direito ao reconhecimento do vínculo de emprego e reconhecimento da estabilidade gestante, pois se trata de trabalho proibido, de modo que o fato de não possuir a idade mínima permitida para trabalhar que é de 16 anos, não impede a ratificação do contrato.
- d) não terá direito ao reconhecimento do vínculo de emprego por se tratar de atividade ilícita, mas terá direito a ser indenizada pelo valor dos salários e FGTS referente ao período que trabalhou e referente ao período de estabilidade, qual seja, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

**Questão 71**

Antônio Cezar foi contratado como segurança noturno do Banco “Din Din” Ltda, trabalhando de segunda a sexta-feira. No entanto, no curso do contrato de trabalho, o empregado já foi flagrado e advertido oficialmente por diversas vezes, em razão de estar dormindo durante o serviço.

No último mês, o banco foi saqueado por uma facção criminosa, quando as câmeras capturaram a imagem de Antônio dormindo durante toda a intercorrência. Ao constatar o fato, o empregador entendeu por rescindir o seu contrato de trabalho por justa causa.

Diante do exposto, tal demissão é

- a) inválida, pois dormir em serviço não é motivo justo para a dispensa.
- b) válida, pois o empregado praticou ato de insubordinação ao dormir em serviço, ante as atribuições de sua função.
- c) válida, pois o empregado praticou ato de indisciplina ao dormir em serviço, ante as atribuições de sua função.
- d) válida, pois o empregado praticou ato de desídia ao dormir em serviço, ante as atribuições de sua função.

**Questão 72**

Ângelo pretende ingressar com reclamação trabalhista perante a sua ex-empregadora, XPTO, para postular indenização por danos morais em razão das constantes humilhação sofridas por seu superior hierárquico, além do pagamento de horas extraordinárias.

Neste caso, o prazo prescricional será de

- a) dois anos contados da data em que ocorreu o fato que gerou o dano moral e cinco anos para as horas extras contados do encerramento do contrato.
- b) dois anos na vigência do contrato, até o limite de cinco anos após a extinção para ambos os pedidos.
- c) cinco anos na vigência do contrato, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho para ambos os pedidos.
- d) dois anos para o dano moral e cinco anos para as horas extras, sempre contados da extinção do contrato de trabalho.

**Questão 73**

Mercedes ficou viúva e, como herdeira legal, terá direito a sacar os depósitos do FGTS de seu marido, que teve um ataque cardíaco fulminante quando jogava bola com seus amigos no final de semana. Já o empregado Ernesto fez um acordo com seu empregador para rescindirem seu contrato de trabalho e poderá sacar os depósitos do FGTS. Por fim, a empregada Vilma foi injustamente dispensada; e Marcelo ingressou com reclamação trabalhista ficando caracterizada a rescisão indireta de seu contrato de trabalho por culpa do empregador.

No tocante à indenização sobre o saldo do FGTS, para o empregado,

- a) Mercedes não terá direito à referida multa; Ernesto tem direito a 20% e tanto Vilma como Marcelo terão direito à multa de 40%.
- b) todos terão direito à multa de 20%, exceto Vilma que tem direito a 40%.
- c) todos terão direito à multa de 40%, exceto Mercedes, que não tem direito à referida multa.
- d) Mercedes e Marcelo não terão direito à referida multa; Ernesto tem direito a 20% e Vilma a 40%.

**Questão 74**

Juliana está descontente com as perspectivas profissionais que possui na empresa “X”. Diante da situação, a empregada acredita que a melhor opção é estudar para concurso e, então, opta por aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) da empresa, previsto e regulamentado por negociação coletiva, e sem fazer qualquer ressalva a verbas trabalhistas.

Na hipótese retratada,

- a) a adesão da empregada ao PDV implicará em quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia.
- b) a adesão da empregada ao PDV implicará em apenas quitação das verbas constantes no termo.
- c) a adesão da empregada ao PDV não implicará em quitação de nenhuma verba trabalhista, possuindo apenas natureza indenizatória.
- d) a adesão da empregada ao PDV implicará em quitação apenas das verbas de caráter rescisório.

**Questão 75**

Felício é empregado de uma empresa e foi eleito dirigente sindical da sua categoria. Contudo, findo o seu mandato, o empregador pretende demiti-lo, uma vez que o espírito grevista de Felício sempre está presente nas tentativas amigáveis de acordo.

Segundo o disposto na legislação vigente, é correto afirmar que

- a) Felício não poderá ser demitido do emprego, ainda que tenha cometido falta grave, em razão da sua estabilidade, que perdura por até um ano após o final do seu mandato.
- b) o empregador poderá demitir Felício, se este tiver cometido falta grave, uma vez que a estabilidade de ex-dirigente sindical não o protege nessa situação.
- c) Felício poderá ser demitido do emprego a qualquer momento, independentemente de ter ou não cometido falta grave, pois a sua estabilidade não o protege após o fim do mandato.
- d) o empregador somente poderá demitir Felício após um ano do fim do mandato, tenha ele cometido ou não falta grave.

---

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

---

**Priscila Ferreira****Questão 76**

Dentre os aspectos legais introduzidos pela reforma trabalhista, observa-se que a execução trabalhista poderá ser promovida pelas partes, ou de ofício pelo magistrado do trabalho,

- a) apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.
- b) sempre que a parte interessada não adotar as providências para iniciar a liquidação da sentença.
- c) sempre que for parte os órgãos da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional.
- d) quando a reclamada for massa falida ou empresa em recuperação judicial.

**Questão 77**

No processo do Trabalho, o preparo revela-se como um pressuposto recursal extrínseco, o qual engloba custas e depósito recursal. Nesse sentido, exige-se depósito recursal como requisito de propositura de determinados recursos, exceto:

- a) Recurso Extraordinário.
- b) Embargos Infringentes no TST.
- c) Agravo de Instrumento.
- d) Recurso de Revista.

**Questão 78**

Determinada empresa pública municipal, “XPTO”, exploradora de atividade econômica, interpôs recurso ordinário, no décimo sexto dia útil após a intimação da sentença, ao qual foi negado seguimento pelo magistrado do trabalho, sob o fundamento de intempestividade e ausência do depósito recursal.

Considerando a situação proposta, é possível afirmar que o juiz do trabalho

- a) agiu equivocadamente, pois todas as empresas públicas gozam de prazo em dobro para interpor recursos no âmbito processual trabalhista.
- b) agiu equivocadamente, pois a empresa pública municipal em questão goza das mesmas prerrogativas da Fazenda Pública, no âmbito processual trabalhista.
- c) agiu equivocadamente, pois não se exige das empresas públicas exploradoras de atividade econômica o depósito recursal.
- d) agiu corretamente, pois a empresa pública municipal em questão deveria ter respeitado o prazo de oito dias úteis e não estava desobrigada do depósito recursal.

**Questão 79**

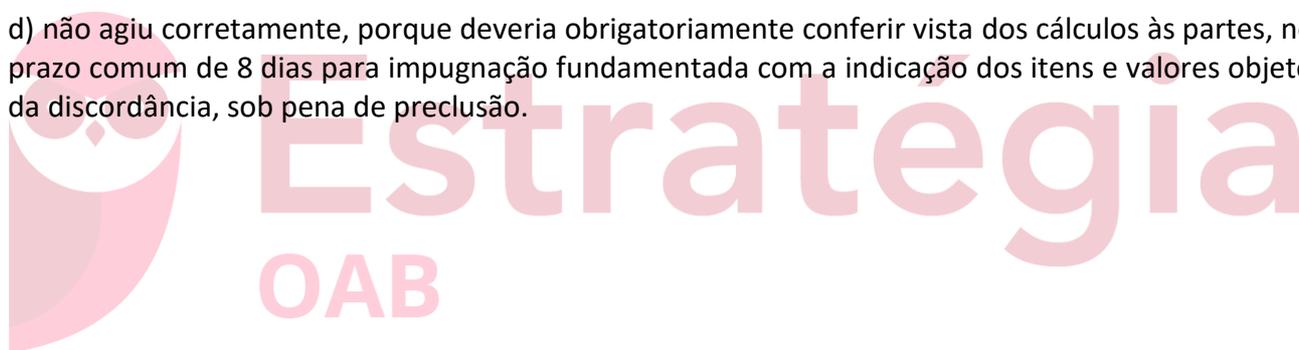
Maria Fernanda, em sede de leilão judicial, decidiu arrematar um carro no valor de R\$ 170.000,00. Contudo, Maria depositou o sinal, mas após dois dias da arrematação, ainda não pagou o valor restante. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Maria

- a) terá direito a devolução do sinal, mas não poderá mais arrematar o mesmo bem em outro leilão.
- b) terá direito a devolução do sinal, mas pagará multa administrativa no valor de um terço do valor dado a título de sinal.
- c) ainda está no prazo legal para depositar o preço da arrematação que é de cinco dias.
- d) perderá o sinal em benefício da execução.

**Questão 80**

Em reclamação trabalhista na qual foi proferida sentença ilíquida, o juiz determinou que o reclamante apresentasse os cálculos de liquidação, com indicação da contribuição previdenciária incidente. Após apresentação dos cálculos pelo reclamante, o juiz concedeu prazo de 10 dias para o reclamado apresentar seus cálculos. Diante da divergência entre os valores apresentados pelas partes, o juiz nomeou perito contábil para elaboração da conta de liquidação. Entendendo corretos os cálculos elaborados pelo perito, o juiz homologou os mesmos e determinou a citação do executado para pagamento do crédito em 48 horas, sob pena de execução. Considerando as disposições legais, o juiz

- a) agiu corretamente, porque as contas foram elaboradas por perito contábil, não sendo necessário dar vistas às partes, até porque as mesmas já apresentaram seus cálculos.
- b) não agiu corretamente, porque deveria obrigatoriamente conferir vista dos cálculos às partes, no prazo sucessivo de 8 dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- c) agiu corretamente, por ter amplo poder de direção e controle do processo, estando sua decisão amparada por norma cogente, que o autoriza expressamente a agir desse modo.
- d) não agiu corretamente, porque deveria obrigatoriamente conferir vista dos cálculos às partes, no prazo comum de 8 dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.



## ***Conheça nossos cursos:***

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

## ***Conheça nosso Sistema de Questões!***

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



**Estratégia**  
OAB